

O ENSINO NO BRASIL – PRIMÓRDIOS

Beatriz Teixeira Fiquer

Doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa/PUC-SP

RESUMO

Considerando que os jesuítas foram responsáveis pelo ensino que tivemos no chamado Período Colonial durante 210 anos e que, portanto, surge já no século XVI o conceito de escola, pois em 1549 o Padre Vicente Rijo instalava a primeira aula “de ler e escrever” em Salvador que se fundava, o trabalho objetiva divulgar e levar a reflexão sobre a metodologia empregada no ensino da língua portuguesa nesse período, bem como os resultados obtidos, mudanças no “sistema educacional” que foram necessárias devido à realidade da então colônia portuguesa. Importante frisar que quem frequentava as aulas não era só a criança indígena, afinal como os jesuítas eram os únicos professores de então, o ensino era destinado também ao filho do colono. Procurar-se-á, também, demonstrar os reais objetivos do ensino da nossa língua materna, que vão além da catequização do índio, envolvendo uma gama considerável de questões políticas, econômicas e sociais e que não são quase discutidas na atualidade. Além disso, evidenciar-se-á a importância dessas primeiras instituições dos jesuítas para o período e as consequências sofridas pelo ensino com a expulsão desses padres em 1759, podendo-se ainda discutir sobre os reflexos de todo esse contexto ao longo dos séculos até os dias atuais.

Palavras-chave: Ensino. Língua Portuguesa. Período Colonial. Ler e escrever.

APRESENTAÇÃO

“No que concerne à Pedagogia basta uma palavra: consulta as escolas dos jesuítas; não encontrará melhor”¹
(Francis Bacon)

Tendo como linha de pesquisa a História das Ideias Linguísticas, o trabalho aborda a questão do ensino no Brasil de 1549 a 1759, pois os jesuítas foram responsáveis pelo ensino que tivemos no chamado Período Colonial durante 210 anos e, segundo Valmir Chagas, a “escola brasileira foi lançada no mesmo instante em que, decorridos apenas quinze dias após a chegada dos jesuítas ao Brasil, o decantado Padre Vicente Rijo instalava a primeira aula ‘de ler e escrever’ na Salvador que se fundava” (CHAGAS, 1980, p. 1). Além disso, nenhuma

¹ Citação encontrada em FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas*. Rio de Janeiro: Agir, 1952, p. 15.

instituição religiosa realizou um trabalho tão eficiente quanto os jesuítas no que concerne ao ensino das primeiras letras e ao rápido crescimento das instituições de ensino, afinal esses padres “investiram no Brasil as suas melhores energias e deitaram mãos a um dos seus mais arriscados projetos missionários” (FRANCO, 2006, p. 153), dadas as condições e dificuldades pelas quais passaram os primeiros jesuítas nos anos iniciais da colonização.

OBJETIVOS DA COLONIZAÇÃO E DA CATEQUESE

Como se sabe, “o objetivo dos colonizadores era o lucro, e a função da população colonial era propiciar tais lucros às camadas dominantes metropolitanas” (RIBEIRO, 1998, p. 19), todavia no Brasil notou-se a impossibilidade da população indígena produzir algo que interessasse ao mercado europeu – como os tecidos e louças do oriente, por exemplo – contava-se apenas com a possibilidade da existência do ouro.

Diante do exposto, vale lembrar, então, que a colonização das terras brasileiras aconteceu devido ao perigo que se corria de se perder as terras para outras nações, dessa forma a coroa portuguesa teve de empreender a colonização em termos de povoamento e cultivo da terra, daí a necessidade de “instruir” e “catequizar” o índio para que trabalhasse em favor da pequena nobreza e da coroa, bem como a necessidade do jesuíta – responsável pelo ensino da época – incluir no ensino das primeiras letras também o filho do colono.

Assim, para que a terra produzisse, era necessário quem trabalhasse nela, daí a escravização de índios e, principalmente negros, afinal, mais do que satisfazer aos interesses da burguesia mercantil portuguesa, porque possibilitavam a produção a baixo custo, também eram, enquanto mercadoria, fonte de lucro.

Dentro ainda desse contexto, além da catequese, então, ter sido montada especialmente para a exploração dos interesses mercantis, isto é, para a conquista de mão de obra em longo prazo, vale lembrar que a Companhia de Jesus foi criada para atender à difusão do catolicismo para povos que não o conheciam, evitando o avanço do protestantismo na época.

Com o passar do tempo, entretanto, houve a separação dos objetivos iniciais de catequizar e instruir o índio: os jesuítas passaram a se preocupar e ter a função tripla de: formar líderes religiosos, formar elementos para a burocracia colonial e ilustrar as camadas dominantes, ficando o índio a margem da sociedade que se estabeleceu na colônia anos depois da chegada dos primeiros missionários jesuítas.

VINDA DOS PRIMEIROS JESUÍTAS

O envio dos jesuítas deu-se, dentre outros fatores, pelo interesse em não perder as terras de nosso país para outras nações devido às constantes invasões, principalmente da França – os franceses estavam tornando-se “amigos” dos índios e fazendo com que estes ficassem contra os portugueses, desobedecendo-os e atacando-os constantemente –, como comprova a carta de Luiz de Gois enviada no dia 12 de maio de 1548 ao Rei Dom João III, que salienta que se providencias não fossem tomadas brevemente, os portugueses que se encontravam aqui perderiam a vida e, o rei, as terras e tudo o que nelas existia: “mais de seiscentas almas e de escravaria mais de três mil, e seis engenhos e muita fazenda que nela se pode perder...” (MATTOS, 1958, p. 26). Dessa forma, em 1549, ou a coroa portuguesa colonizava de fato a terra ou a perderia.

Assim, preparou-se a armada de Tomé de Souza – o qual seria o primeiro governador geral do Brasil –, bem como os *Regimentos* ditados por Dom João III e que continham as “diretrizes básicas e minuciosas instruções da nova política de colonização que desejava inaugurar nas, ainda pouco conhecidas, terras do Brasil”, sendo o ponto mais importante dos *Regimentos* a conversão dos indígenas à fé católica pela catequese e pela instrução, porque deste objetivo dependeria o “êxito dessa arrojada empresa colonizadora; pois que, somente pela aculturação sistemática e intensiva do elemento indígena aos valores espirituais e morais da civilização ocidental e cristã é que a colônia portuguesa poderia lançar raízes definitivas ao solo fecundo, mas agreste e insidioso, do novo mundo” (MATTOS, 1958, p. 31). Por este motivo, também embarcaram para esta terra, a fim de iniciarem o processo de catequese dos índios, os padres Jesuítas, dentre eles o Padre Manuel da Nóbrega, chegando neste país, mais precisamente na Bahia, em 29 de março de 1549.

Importante lembrar que, sabiamente, o Rei Dom João fez recomendações especiais sobre a catequese dos indígenas adultos, o que resultou nos “aldeamentos de índios pacificados na periferia dos núcleos colonizadores”, os quais tinham dupla finalidade, pois serviam como “acantonamento de tropas de reserva contra as investidas dos corsários de litoral e de postos avançados contra as incursões dos selvagens amotinados no interior” (MATTOS, 1958, p. 32). Dessa forma, enquanto os adultos catequizados viviam nas imediações dos núcleos de povoação branca, as crianças viviam dentro desses núcleos, nas casas de recolhimento, ou seja, internados nos colégios dos padres jesuítas.

Portanto, diante de tal contexto, fica nítida que a organização escolar no Brasil colônia está ligada à política colonizadora dos portugueses, bem como à obrigatoriedade jurídica que os jesuítas tinham de formar gratuitamente sacerdotes para a catequese, afinal deviam fundar colégios que recebiam subsídios do Estado português relativos às missões.

Todavia, o primeiro plano educacional elaborado pelo padre Manuel da Nóbrega, visava catequizar e instruir o indígena, bem como os filhos dos colonos, pois eram esses padres “os únicos educadores de profissão que contavam com significativo apoio real da colônia” (RIBEIRO, 1998, p. 21), o que consistia em uma empreitada grandiosa, “já que, em Portugal, até meados do século XVI, o analfabetismo dominava e se estendia das classes populares até a alta nobreza e a família real. Saber ler e escrever era privilégio de poucos sacerdotes e membros da alta administração pública” (FÁVERO, 2009, pp. 13-14).

Além disso, Portugal, até esse momento, “vivera imerso na atmosfera medieval e ocupado com as intermináveis guerras santas contra os invasores mouriscos e guerras defensivas contra os espanhóis” (MATTOS, 1958, p. 37), desprovido, assim, de uma tradição educacional, começava a caminhar em direção a um sistema escolar, inexistente no país até então. Somente em 1456, em Évora, que surge a primeira escola portuguesa com a finalidade de ensinar a escrever os fidalgos, antes disso, o foco de cultura do reino estava apenas em Lisboa e Coimbra. Em 1549, quando vêm para o Brasil os primeiros jesuítas, Portugal ainda possuía um sistema escolar frágil e deficitário, mas era sobre este que se formaria o sistema escolar da colônia.

OS PRIMEIROS MISSIONÁRIOS E AS PRIMEIRAS ESCOLAS

Luiz Alves Mattos denomina período heróico o período de 1549 – quando chegam ao Brasil os primeiros missionários do Brasil – até 1570 quando morre o padre Manuel da Nóbrega, além de ser o ano que tem início os cursos regulares de bacharelado e mestrado em arte no ‘colégio máximo’ da Bahia.

O rei Dom João III confiou aos dez primeiros missionários jesuítas (seis vieram em 1549 e os demais no ano seguinte, já trazendo sete meninos órfãos²), o sucesso da nova empresa colonizadora o que dizia respeito à conversão do gentio, por esse motivo, a coroa “abastecia-os” com alimento, vestuário e muitas outras coisas que solicitavam, além de terem sido recomendados por Vossa Majestade ao governador geral.

² Os meninos órfãos eram, segundo Serafim Leite, “moços perdidos, ladrões, e maus, que chamam patifes”, mas que já se encontravam “transformados” pela educação cristã na Metrópole.

Assim, diante da incumbência que tinham, bem como da privilegiada posição com o governo, mal chegaram à nova terra e logo abriram a “escola de ler e escrever”, sendo que o Padre Manuel da Nóbrega, em agosto de 1549, providenciara a construção de uma casa de “recolhimento” para ensinar as crianças dos gentios e também a todos os que fossem cristãos. Inicialmente era um externato, mas no fim do mesmo ano, tornara-se um internato.

Houve primeiramente a doação de terras em sesmarias para fins educacionais e Nóbrega aproveitou iniciando culturas intensivas e a criação de gado e, enquanto não houve a primeira colheita, o governador Tomé de Souza sustentou os meninos.

A escola prosperava e Nóbrega não só não perdia a chance, em suas cartas, de fazer solicitações ao Rei (alimentos, roupas, escravos, gado), como também usava de sua excelente capacidade administrativa para conseguir bens, incluindo terras, para os seus “meninos”. Os colonos da terra, presenciando todo o “movimento de fervoroso apostolado”, também se tornavam mais “generosos” e frequentemente passaram a fazer doações, auxiliando os padres no sustento dos meninos.

Em 1551, a escola da Bahia, passava a ser uma “entidade jurídica com bens imóveis e de raiz, [...] reconhecida como tal pelo direito civil e eclesiástico” (MATTOS, 1958, p. 50). Nesta escola, o número de alunos era em torno de 25, mas eram aqueles selecionados entre os melhores, afinal mesmo Nóbrega tinha intenção de lhes ensinar o latim e enviá-los a Europa para ser tornarem homens cultos. Dessa forma, com o passar dos anos, foi se intensificando a educação à europeia, em que cada vez mais iria se excluindo a instrução do indígena em detrimento da instrução dos filhos dos colonos, mesmo porque, como pode se observar pelo número de “alunos” nas escolas, não era possível atender um número considerável da população, fosse pela falta de recursos humanos, pelos recursos financeiros, pelas diversidades culturais nos primeiros anos da nossa colonização.

Dentro das instituições de ensino, quando crianças, os filhos dos colonos e os órfãos trazidos de Lisboa andavam vestidos, ao passo que os indígenas só se vestiam nas “funções religiosas, na capela e nas procissões”. Quando ficavam maiores havia pressa em enviá-los para Portugal, antes que começassem a namorar. Há relatos de verdadeiras “encenações” para que os jovens, – que segundo os padres da companhia tinham o dom e deveriam se tornar padres –, entendessem que não era possível ceder aos ímpetos do coração e ao despertar da sexualidade, devendo-se seguir o caminho para o qual foram preparados pelos jesuítas.

Como a formação dada pelos padres era a única e bem quista por todos na colônia, passou-se a pedir à coroa que autorizasse também escolas para as meninas, o que nunca

ocorreu. Os habitantes brasileiros julgavam justo que o sexo feminino também tivesse direito a escola, uma mentalidade que foi transformada posteriormente. Foram vários pedidos feitos pelos índios ao Padre Manuel da Nóbrega e deste para a coroa, mas além da metrópole não julgar necessário e pertinente à escolaridade feminina, como poderiam autorizar escolas para mulheres, sendo que nem na metrópole as mesmas existiam? Seria um absurdo haver algo na colônia referente à educação que não existia em Portugal, nem mesmo para as senhoras da corte. Sobre este assunto, Mattos (1958, p. 88) afirma que

por volta de 1552 procuraram Nóbrega para pedir-lhe que fundasse também recolhimento para suas filhas, confiando-as a mulheres cultas e virtuosas; na simplicidade natural de sua cultura primitiva, mas isenta de preconceitos, não viam razão para se estabelecer tal diferença de oportunidades educacionais a favor do sexo masculino, condenando ao analfabetismo e à ignorância o sexo feminino. (MATTOS, 1958, p. 88)

Para Nóbrega, ao que tudo indica, a ideia, além de inédita, era original e ele se empenhou tanto que conseguiu até mesmo que Tomé de Souza e as demais pessoas que formavam a alta administração colonial, as quais possuíam a mentalidade europeia repleta de velhos preconceitos, aderissem a ideia. Por outro lado essa adesão não ocorreu na corte:

As petições e os apelos que vinham da insipiente colônia provocavam a hilaridade dos cortezãos e dos administradores do reino. A rainha D. Catarina nem sequer dignou-se a responder tão extravagante solicitação. (MATTOS, 1958, p. 92).

Como a autorização não vinha, as meninas passaram também a ter direito ao ensino das primeiras letras neste período, todavia, conforme iam crescendo, não podiam mais frequentar a escola de meninos. Observa-se com isso que o que se busca atualmente nas instituições de ensino já existia na escola desses padres: não havia preconceito quanto à cor, origem e sexo, todos, enquanto crianças, podiam frequentar a escola, o que foi mudando ao longo dos anos da colonização prevalecendo sobre a igualdade indígena principalmente entre os sexos a mentalidade europeia excludente e que chamamos hoje de preconceituosa.

OS JESUÍTAS

Os jesuítas possuíam privilegiada condição de delegados do governo português, um preparo intelectual e psicológico para a missão e, sem dúvida, uma habilidade política que

possibilitaram com que não apenas “monopolizassem a instrução de todos os níveis como constituíssem os principais, se não únicos, mentores espirituais da Colônia.” (CHAGAS, 1980, p. 1). Por esse motivo, desde o início, apesar das dificuldades, a Companhia de Jesus apresentou grande prosperidade, possibilitando afirmar que

a ação infatigável e fecunda desses religiosos ultrapassou os domínios do espiritual (...). Eles formavam, pela sua rígida disciplina, na sociedade colonial, incoerente e fragmentária, um todo homogêneo e compacto, capaz de resistir às influências dissolvente e de estabelecer um *minimum* de unidade moral e espiritual entre os colonos portugueses e os povos primitivos, assimilados à nova civilização. (AZEVEDO, 1944, p. 128)

Assim, mesmo atuando sempre “de cima para baixo”, os jesuítas mostraram, apesar disso, uma espantosa capacidade de adaptação, todavia, essa adaptabilidade pode ser considerada como uma representação de um meio para atingir os fins imutáveis de sua dupla missão política e evangelizadora, uma vez que as atividades que desempenhavam abrangiam, além dos interesses espirituais e culturais, os políticos e econômicos da nova colônia.

Com aprovação de todos os habitantes – indígenas ou não – os padres foram responsáveis pela educação das crianças, e estas, segundo Chagas (1980, p. 2) tornaram-se com o tempo “filhos seus e da igreja ‘que dos caciques e das mães caboclas, dos senhores e das senhoras de engenho ou de sobrado”.

Todavia, é preciso lembrar que faziam parte de um processo mercantilista, o qual foi influenciando gradativamente as ações dos missionários e as modificando. Um exemplo é o de que “nos aldeamentos protegiam os índios contra a cupidez e a libertinagem dos desbravadores e aventureiros, porém mais tarde aceitavam a miscigenação que emergia, ao Norte, da promiscuidade dos engenhos e, ao Sul, dos assaltos das entradas das Bandeiras.” (CHAGAS, 1980, p. 2).

Vale salientar também que

Embora a formação da elite colonial estivesse de acordo com a política de Portugal, foi a Companhia de Jesus a maior beneficiária, pois, por suas Constituições, somente os Colégios e as Casas de Formação podiam possuir bens que garantissem o sustento, bens esses advindos quase exclusivamente do “Padrão de Redízima”, estipulado em 1564 (10% de toda a arrecadação dos dízimos reais ficavam destinados, de forma inalienável a esse colégios e casas de formação, garantindo assim o sustento dos religiosos. (FÁVERO, 2002, p. 93)

Ou seja, apenas as escolas poderiam justificar a posse de bens, pois outros empreendimentos que dessem lucros ou caracterizasse enriquecimento, obviamente, não eram permitidos aos padres. Com o passar dos anos a Companhia, além de se tornar a ordem dominante no campo educacional, tornou-se extremamente poderosa a ponto de seus membros se transformarem na única força capaz de influir no domínio do senhor do engenho. Evidente que, primeiramente, os padres se encantaram com o poder e, em um segundo momento, que a sua expulsão em 1759 se deu porque esse poder, além de percebido pelos membros da coroa, não interessava ao Estado.

ESTRUTURA DO ENSINO

O sistema de ensino que seguiam a priori era o da Europa, mas no começo fizeram-se “adaptações” para que, a longo prazo, o objetivo da catequização e instrução do gentio fosse atingido. Assim, no começo naturalmente iniciou-se com ênfase nas aulas de ler e escrever, “para cuja implantação foram inexcedíveis naquela arte de ajustar-se ao novo ambiente” (CHAGAS, 1980, p. 2), sendo que as escolas ensinavam, associadas a catequese religiosa, o idioma, os costumes, a cultura portuguesa.

Deu-se, no início, maior importância ao estudo da Língua Portuguesa, deixando temporariamente o grego e o latim em segundo plano. Primeiramente, tiveram de aprender e, portanto, adotar a língua Tupi para garantir a comunicação com os nativos para, em seguida, ensinar o Português. Todavia, é necessário frisar que um fator que dificultava o aprendizado por parte dos jesuítas era a diversidade de idiomas indígenas. Diante de tal diversidade, havia duas alternativas: fazer com que os indígenas aprendessem a língua do colonizador ou estudar e, posteriormente, utilizar o(s) idioma (s) da terra descoberta.

Dessa forma, diante da necessidade de garantir o aprendizado correto de doutrina cristã do indígena – os jesuítas não podiam arriscar não realizar esta tarefa por deficiência na comunicação – chegaram a um denominador comum para cumprirem sua missão: haveria o aprendizado de uma língua indígena, o Tupi.

Os religiosos missionários, então, tinham como meta primordial aprender e bem conhecer a língua dos naturais da terra e fazê-los aprender a ler e escrever e também “convertê-los” a fé cristã.

Assim, após aprender a ler e escrever e a doutrina cristã, era opcional o ensino de canto orfeônico e música instrumental. Todavia, diante das necessidades da colônia, era

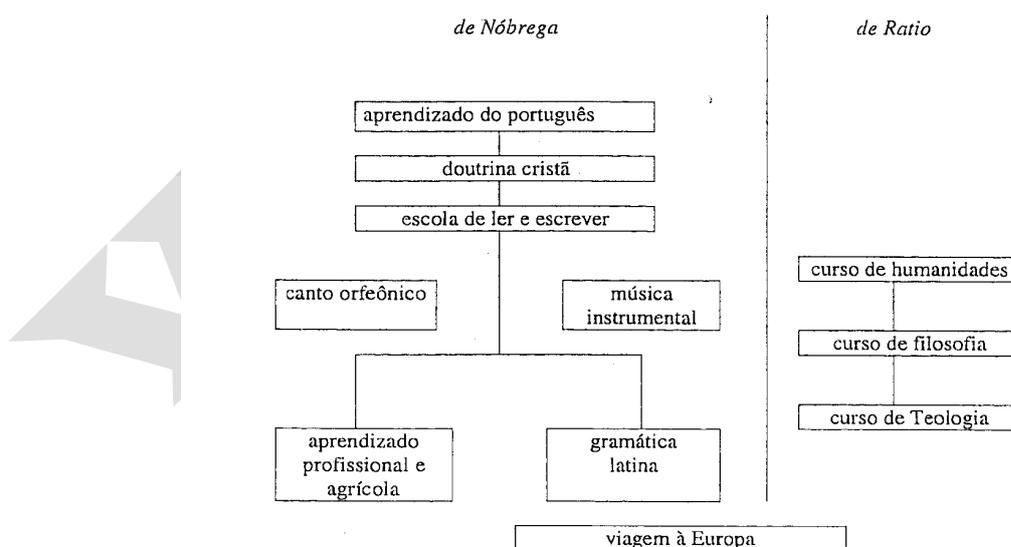
preciso formar pessoas capacitadas para fazerem serviços essenciais a sobrevivência nas terras brasileiras e os padres jesuítas percebendo a “não-adequação” do índio para a formação sacerdotal, houve a proposição de um ensino profissional e agrícola que para Nóbrega parecia ser imprescindível dada a realidade e condições em que viviam no Brasil sem, contudo, abandonar a ideia do recrutamento de vocações sacerdotais, pois aqueles que as tivessem aprenderiam a gramática latina e seriam encaminhados à Europa para se formarem padres.

Ocorre que a partir de 1556, as Constituições da Companhia de Jesus entram em vigor e mais adiante, em 1599, com a publicação do *Ratio* o enfoque da igreja está nos elementos da cultura europeia, que traz consigo “um desinteresse ou a constatação da impossibilidade de ‘instruir’ também o índio.” (RIBEIRO, 1998, p. 22). Iniciou-se então, principalmente após a morte do Padre Manuel da Nóbrega, o processo que excluiria o índio do processo de instrução, pois esta seria apenas para os descendentes dos colonizadores. Ao índio caberia tão somente a catequização.

Para os filhos dos colonos, além das aulas elementares “de ler e escrever”, comportava os níveis de Letras Humanas (Humanidades)³, de Filosofia (Artes)⁴ e de Teologia⁵, conduzindo aos títulos de bacharel, licenciado e mestre em artes, sendo os dois primeiros com 3 anos de duração e o último com 4.

O quadro abaixo demonstra a distinção entre os dois planos de estudos.

Plano de Estudo



³ Abrangia o estudo de Gramática, Humanidades e Retórica.

⁴ Incluía Lógica, Metafísica e Filosofia Moral.

⁵ Compreendia os estudos de Teologia e Ciências Sagradas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o *Ratio* divergisse do Plano de Nóbrega, ele tem sua importância, afinal

a Companhia, onde quer que entrava a exercer os seus ministérios, instituíu logo e multiplicava rapidamente os seus estabelecimentos de ensino. Em 1570, pouco antes de sua supressão (1773) por Clemente XIV, a Ordem de Inácio dirigia 578 colégios e 150 seminários, ao todo, 728 casas de ensino. Esta imensa atividade pedagógica, com a sua incoercível influência e espontânea irradiação sobre outros colégios de e outros sistemas educativos que se iam formando e desenvolvendo ao seu lado, não pode deixar de oferecer ao historiador da educação ocidental um interesse de primeira importância. [...] Pedagógicamente, a aplicação do *Ratio* foi coroada, em toda a parte, de um êxito incontestável. Confessam-no todos os escritores desapaixonados, ainda os menos simpáticos aos jesuítas. (FRANCA, 1952, pp. 5-6).

Tal coroação é compreensível quando se observa a elaboração que envolveu o Plano de Ensino da Companhia de Jesus: ele não foi criado em 1599 e imposto no mesmo ano, começou em 1584, com o Padre Cláudio Aquaviva que se dedicou durante anos a sistematização de um código geral de ensino. Buscou colher informações dos sistemas de ensino existentes na Europa, solicitando constantes relatórios de como eram as práticas pedagógicas de então, tratava-se de um projeto de estudo que após várias edições, foi comunicado em uma circular em janeiro de 1599 a todas as províncias como promulgação de uma lei:

O código de leis, que passava assim a orientar a atividade pedagógica da Companhia, representava os resultados de uma experiência de meio século. Experiência rica, ampla, variada, que talvez constituía um momento único na história da pedagogia. Nela estão representadas todas as raças e nações do Velho Continente; para ela contribuíram centenas de estabelecimentos de educação dos mais frequentados e afamados do seu tempo; enriqueceram-na duas ou três gerações de educadores, insignes pela inteligência, pela cultura, pela dedicação espontânea e total à nobre causa da educação da juventude. Raro exemplo de uma sistematização pedagógica, em que a mais estrita unidade resultou harmoniosamente da mais variada colaboração. (FRANCA, 1952, p. 23).

A partir da promulgação da lei e, posteriormente, com a morte dos primeiros jesuítas, em especial do Padre Manuel da Nóbrega, a vocação dos padres da Companhia de Jesus no Brasil passou a ser a educação das classes dirigentes, aristocráticas. Em meio a uma cultura

urbanizadora, com uma família patriarcal, tinham em suas mãos o poder: viviam em meio as famílias abastadas, eram ouvidos e influenciavam quase na totalidade as decisões da elite da época. Segundo Azevedo (1944, p. 308):

A exploração de suas fazendas de que vendiam os produtos; o aproveitamento do trabalho do escravo ou do índio e a própria formação profissional, sob a pressão das circunstâncias, de um corpo de mestres oficiais, não eram senão meros instrumentos, meios para a realização dos fins religiosos e educativos a que se propunham os Padres Jesuítas. (AZEVEDO, 1944, p. 308)

Concretizava-se assim o mercantilismo na Companhia e o poder jesuítico que culminou com sua expulsão em 1759 (devido inicialmente aos conflitos de interesse entre o Estado e a Companhia de Jesus), mas embora neste momento os padres não mais estivessem preocupados em instruir o índio, a sociedade brasileira perdeu seus únicos mestres, uma vez que o ensino se caracterizava, ainda assim, pelos interesses religiosos e ficou diante das reformas pombalinas, que ao pregar um “anti-jesuitismo” – na busca do fortalecimento do poder real – não considerou o que havia de bom, produtivo, nessas instituições relacionadas ao ensino e a colônia se viu, por um vasto tempo, privada de uma estrutura educacional como a existente até aquele momento, afinal, independentemente de outros fatores, possibilitava que o ensino ocorresse nas terras brasileiras.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

CHAGAS, Valmir. A preparação de quatro séculos. In *O ensino de 1º e 2º graus: antes, agora e depois?* 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1980.

FÁVERO, Leonor Lopes. História da disciplina Português na escola brasileira. In *Diadorim: Revista de Estudos Linguísticos e Literários*. n. 6. Rio de Janeiro: UFRJ, Programa de Pós Graduação em Letras Vernáculas, 2009.

FÁVERO, Leonor Lopes. Heranças – a educação no Brasil colônia. *Revista da ANPOLL*, nº8, São Paulo: Humanitas, 2002, p.87 -102.

FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas*. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

FRANCO, José Eduardo. *O mito dos Jesuítas: em Portugal, no Brasil e no Oriente (Séculos XVI a XX)*. vol. I. Lisboa: Gradiva, 2006.

MATTOS, Luiz Alves de. *Primórdios da Educação no Brasil: O período heroico (1579 a 1570)*. Rio de Janeiro: Aurora, 1958.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da Educação brasileira: a organização escolar*. 15 ed. Campinas/SP: Autores Associados, 1998.

ABSTRACT

We understand Jesuits were responsible for teaching in Brazil during the Colonial Period, which lasted for 210 years, so the concept of schooling arises in the XVI century. Actually, in 1549, Father Vicente Rijo set up the first “reading and writing” class in Salvador, which, by the way, was founded that same year. Therefore, this paper has the objective to report and lead to reflection about the methodology employed in teaching Portuguese language during that period, results obtained, as well as changes in the “educational system” required by the reality of that early Portuguese colony. It is also important to stress that classes were not directed only to Indian children but extended to settlers’ sons, as the only teachers available at that time were Jesuits. We will also try to demonstrate the real objectives of teaching our mother language, beyond catechization of Indians, which involved considerable amount of political, economical and social issues, seldom discussed nowadays. Finally, it is important to show how the first Jesuit institutions were substantial for the period and consequences suffered by teaching after their expulsion in 1759 allowing, furthermore, a discussion about the reflexes of this context along the centuries and up to present time.

Key words: Teaching. Portuguese Language. Colonial period. Reading and writing.

Envio: Março/2013

Aprovado para publicação: Abril/2013